



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

TERMO DE REFERÊNCIA

**PARA OUTORGA DA PERMISSÃO DA
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TÁXI**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

2. DO OBJETO

O processo licitatório visará atender o determinado na ação executória n. 0900049-11.2014.8.24.0057 para adimplemento do item 2.1 da cláusula segunda do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público de Santa Catarina e objeto da execução mencionada, que prevê o seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA

O compromitente se obriga, a contar da assinatura do presente termo, a proceder de forma direta e exclusiva, a efetuar rigorosa fiscalização do serviço de táxi de Santo Amaro da Imperatriz, notadamente:

2.1) lançar edital de licitação para permissão do serviço público de transporte de passageiros (serviço de táxi), até o dia 15 de dezembro de 2012;

Referido Termo de Ajustamento de Conduta - TAC foi formalizado em 27 de julho de 2012 entre Ministério Público e a Administração da época diante do Inquérito Civil n. 06.2012.00000107-8 que apontou irregularidades na prestação do serviço de táxi pelos atuais





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

permissionários do Município, consistentes na ausência de processo licitatório para permissão do serviço público e ineficiência da fiscalização da atividade pelo Município.

A transação teve por objetivo evitar o ajuizamento de ação civil pública e regularizar a situação dos táxis de forma administrativa, de onde o Município restou obrigado a, dentre outras medidas, "lançar edital de licitação para permissão do serviço público de transporte de passageiros (serviço de táxi), até o dia 15 de dezembro de 2012", conforme exigia a legislação da época.

Não obstante, a obrigação nunca foi cumprida, o que ensejou o ajuizamento da ação executória n. 0900049-11.2014.8.24.0057, em que o Município apresentou exceção de pré - executividade arguindo que a deflagração de processo licitatório para a outorga de exploração do serviço de táxi se tornou dispensável diante do julgamento do Recurso Extraordinário n. 1002310, que foi rejeitada pelo Juízo sob o fundamento de que o entendimento jurisprudencial fixado pelo Supremo Tribunal de Justiça apenas dispensa a licitação, mas não a proíbe, enquanto o TAC tem caráter de título executivo - certo, líquido e exigível - "*formado mediante ato voluntário do próprio Município, que se obrigou ao seu cumprimento à vista da norma local já existente, norma esta que hoje poderia ser ainda mais restritiva quanto a delegação do serviço, não fosse a rejeição, pela Câmara Municipal, do projeto de lei de que trata a cláusula primeira do TAC (evento 31)*" (decisão do evento n. 54, autos n. 0900049-11.2014.8.24.0057). Dito isso, ainda que hoje o processo licitatório seja desnecessário para exploração do serviço de táxi e que sua publicação se mostre a medida mais custosa ao Município dada a necessidade de elaboração dos documentos pertinentes e instrução do processo, diante da iminência de intimação do Município para cumprimento da obrigação sob pena de multa e consequente dano ao erário, justifica-se o processo licitatório.

De mais a mais, a permissão do serviço não deixa de objetivar atender às necessidades de deslocamento do público em geral.

O serviço de táxi no Município de Santo Amaro da Imperatriz é regido pela Lei Complementar Municipal n. 55, de 06 de maio de 2009, que estabelece a proporção de 1 (um) automóvel de aluguel (Taxi) para cada grupo de 1.000 (um mil) habitantes. Dito isso, para atender referida legislação, inicialmente é necessária a outorga de 08 vagas/permissões, assim distribuídas entre os pontos já existentes:

PONTO Nº 02 – Praça Governador Ivo Silveira – 1 vagas/permissões

PONTO Nº 04 – Rua Leopoldo Broering – 1 vaga/permissão

PONTO Nº 07 – Rua Major Joaquim Alexandre de Campos – 1
vaga/permissão





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

PONTO Nº 08 – Rua Escrivão Alfredo Porto – 1 vaga/permissão

PONTO Nº 10 – Rua Natividade - 3 vaga/permissão

PONTO Nº 11 - Rua Longino Turnes - 1 vaga/permissão

Após preenchimento das vagas acima descritas ficarão os demais interessados selecionados para a formação de cadastro de reserva, e serão chamados, obedecendo a ordem de classificação, sempre que surgirem novas vagas, durante o prazo de 02 (dois) anos, observando-se a impossibilidade de concessão aos participantes que apresentarem veículo com mais de 08 anos de fabricação na data da delegação do serviço.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

O serviço de táxi no Município de Santo Amaro da Imperatriz é regido pela Lei Complementar Municipal n. 55, de 06 de maio de 2009, que prevê em seu art.6º que os interessados na exploração do serviço de táxi submeter-se-ão ao processo de licitação na **modalidade concorrência**.

A referida lei prevê a aplicação de prova de conhecimento gerais como critério de julgamento, no entanto, tal método não se alinha com os critérios objetivos de seleção de propostas na modalidade concorrência, cujos devem ser relacionados diretamente com o objeto da licitação e capacidade técnica dos concorrentes em cumprir com as exigências da permissão.

Ainda que a Lei Municipal preveja a aplicação do processo de licitação previsto na Lei n. 8.666/93, diante da superveniência da Lei 14.133/2021 e revogação expressa da 8.666/93, é corolário lógico a aplicação da 14.133/2021, que prevê que o critério de julgamento na concorrência será o menor preço, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior retorno econômico ou maior desconto, de onde se extrai que a lei federal é incompatível com a lei municipal, o que torna a Lei Municipal inaplicável no ponto.

Considerando o recebimento da Lei 8.987/1995 (que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências) pela Lei 14.133/2021, e da inteligência de ambas as legislações federais, **adotar-se-á o critério de julgamento da melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão/permissão com o de melhor técnica previsto no inc. VI do art. 15, Lei 8.987/2021** – o que garantirá a seleção dos proponentes mais capacitados para o serviço com a melhor oferta de pagamento pela outorga da permissão.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

Ainda no art. 15, o §1º prevê que o edital conterà os parâmetros e exigências para formulação das propostas técnicas, o que supre a ausência de regulamentação municipal aplicável. Dito isso, os proponentes serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida, observados os seguintes critérios, sendo que, a não pontuação não acarretará a desclassificação do participante:

3.1. Ano de Fabricação do Veículo a ser comprovado mediante o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e/ou o “Termo de Compromisso de Aquisição/apresentação de Veículo”, conforme modelo apresentado no Anexo deste Edital, devidamente preenchido e assinado - Anexo X - sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo (máximo de 10 pontos):

Ano de fabricação	Pontuação
2024 – 0 ano de fabricação	10 (dez) pontos
2023 – 1 ano de fabricação	8 (oito) pontos
2022 – 2 anos de fabricação	6 (seis) pontos
2021 – 3 anos de fabricação	4 (quatro) pontos
2020 – 4 anos de fabricação	2 (dois) pontos
2019 – 5 anos de fabricação	1 (um) ponto

3.1.2. Será desclassificada a proposta cujo veículo tiver mais de 08 anos de fabricação, sendo que os veículos com mais de 05 anos de fabricação não pontuarão. Será considerado o ano de fabricação e não o ano modelo do veículo.

3.2. Equipamentos de conforto e/ou segurança a serem comprovados mediante apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo acompanhado da nota fiscal de aquisição ou ainda, do “Termo de Compromisso de Aquisição/apresentação de Veículo”, conforme modelo em anexo, devidamente preenchido e assinado, sendo o licitante pontuado em consonância com o estabelecido na tabela abaixo (máximo de 31 pontos):

Item	Descrição	Pontuação
I	Adaptação para pessoa portadora de deficiência	10 (dez) pontos
II	Airbag quadruplo ou mais	8 (oito) pontos
III	4 portas	6 (seis) pontos
IV	Porta-malas com 400 litros ou mais	4 (quatro) pontos
V	Potência do motor de 96cv ou mais	2 (dois) pontos





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

VI	Ar-condicionado	1 (um) ponto
----	-----------------	--------------

3.3. Tempo de efetivo exercício da Atividade como Condutor de Táxi, ex-Condutor de Táxi, Condutor Auxiliar de Táxi e/ou ex-Condutor Auxiliar de Táxi, será atribuído 01 (um) Ponto por ano de exercício da profissão, limitado ao máximo de 20 (vinte) pontos;

3.3.1. A declaração do exercício da atividade como Condutor de Táxi, ex-condutor de Táxi, Condutor Auxiliar de Táxi e/ou ex-condutor auxiliar de Táxi, conforme modelo em anexo, acompanhada da respectiva Certidão comprobatória emitida pelo Município concedente ou, podendo ser comprovado por meio de cópiada Carteira de Trabalho.

3.5. Valor da oferta de pagamento pela outorga da permissão:

Item	Descrição	Pontuação
I	Oferta igual ou superior a R\$15.000,00	1 (um) ponto
II	Oferta igual ou superior a R\$17.000,00	2 (dois) pontos
III	Oferta igual ou superior a R\$20.000,00	4 (quatro) pontos
IV	Oferta igual ou superior a R\$23.000,00	6 (seis) pontos
V	Oferta igual ou superior a R\$25.000,00	8 (oito) pontos
VI	Oferta igual ou superior a R\$30.000,00	10 (dez) pontos
VII	a cada R\$5.000,00 superior a R\$30.000,00	+1 (um) ponto

Os licitantes poderão apresentar proposta em todas as vagas/itens, limitada a outorga de somente uma concessão por licitante.

Caso um licitante vença em mais de um vaga/item, será declarado vencedor aquele que tiver apresentado o maior valor da oferta de pagamento pela outorga da permissão.

Se o licitante vencer em mais de uma vaga e apresentar ofertas de igual valor em todas, lhe será facultada a escolha da vaga.

Havendo empate, será efetuado sorteio, em ato público gravado, para a concessão do novo licenciamento.

Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento, conforme autorizado pelo art. 18-A da Lei 9.897/1995.

Art. 18-A. O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

I - encerrada a fase de classificação das propostas ou o oferecimento de lances, será aberto o invólucro com os documentos de habilitação do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

II - verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante será declarado vencedor;

III - inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

assim sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

IV - proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

Ainda de acordo com a lei 9.897/1995: "A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente".

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

a. Requisitos negativos.

Não poderão disputar essa licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- h) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

b. Requisitos positivos

Poderão participar desta licitação toda pessoa física ou pessoa jurídica legalmente constituída sob forma de empresa com o objetivo específico para a atividade a que se propõe, que atenderem às exigências estabelecidas neste termo de referência.

Para habilitação da pessoa física, deve ser apresentado:

- i) CNH categoria B ou superior, com fotografia do condutor, número da Identidade e número do CPF;
- j) Comprovante de Situação Cadastral no CPF, que ateste sua regularidade, emitido pelo site da Receita Federal do Brasil;
- k) Comprovante de inscrição no INSS como autônomo;
- l) Certidão negativa expedida pela Vara distribuidor criminal, onde não conste que o solicitante tenha sido condenado ou esteja respondendo por crimes (art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro), expedida no domicílio do licitante (Comarca);
- m) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;
- n) Certidão negativa de débitos municipais;
- o) Certidão negativa de débitos estaduais;
- p) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- q) Carteira de trabalho e Previdência Social (CTPS);
- r) Declaração de que conhece na íntegra o edital, conforme modelo em anexo;
- s) Declaração de que não exerce atividade incompatível, conforme modelo em anexo;
- t) Declaração de que não existem fatos impeditivos e que não foi declarada inidônea por ato do poder público de Santo Amaro da Imperatriz/SC, conforme modelo em anexo;

Para habilitação da pessoa jurídica, deve ser apresentado:

- a) Cartão do CNPJ;
- b) Contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste, dentro dos seus objetivos, a prestação dos serviços acima indicado;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

- c) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante (Comarca);
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão negativa de débitos municipais;
- f) Certidão negativa de débitos estaduais;
- g) Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- u) Declaração de responsabilidade e compromisso, conforme modelo em anexo;
- v) Declaração de que conhece na íntegra o edital, conforme modelo em anexo;
- w) Declaração de que não existem fatos impeditivos e que não foi declarada inidônea por ato do poder público de Santo Amaro da Imperatriz/SC, conforme modelo em anexo;

c. REQUISITOS MÍNIMOS DO VEÍCULO

De acordo com a Lei Complementar Municipal n. 55/2009, o veículo utilizado no serviço de táxi deverá ser enquadrado nas categorias de táxi convencional ou táxi executivo, de acordo com os seguintes requisitos mínimos:

I - Táxi Convencional: veículo com 2 (duas) ou 4 (quatro) portas, com ou sem ar-condicionado, com capacidade para 4 (quatro) passageiros, publicidade de acordo com o estabelecido e com tarifa inferior a categoria executiva;

II - Táxi Executivo: veículo com 4 (quatro) portas, com ar-condicionado, bancos de couro, airbag opcional, aparelho de som, capacidade para 04 (quatro) passageiros, desprovido de publicidade, com tarifa superior à categoria Convencional e tipo de veículo definido pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN;

Os veículos deverão ter a referência da cor branco e ainda ter as seguintes características:

- I - Ter as palavras "SANTOAMARO DA IMPERATRIZ", inscrita nas portas laterais dianteiras dos veículos, de acordo com a área de atuação definida pelo Órgão Gestor;
- II - Taxímetro em todas as categorias;
- III - Faixa quadriculada verde brilhante nas laterais nos pára-lamas dianteiro ao traseiro, sendo permitida a utilização de adesivos.
- IV - Número de seu registro no cadastro de condutor na parte traseira esquerda;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

- V - Número para reclamação ou sugestão do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN ou Sindicato de Classe na parte traseira direita;
- VI - Identificação do ponto de localização do mesmo, nos pára-lamas laterais traseiros.
- VII - Número de seu registro no cadastro de condutor na parte traseira esquerda;
- VIII - Número para reclamação ou sugestão do Órgão Gestor ou Sindicato de Classe na parte traseira direita;
- § 2º - No caso de condutores portadores de deficiência física, serão aceitos veículos adaptados, desde que aprovados pela repartição de trânsito competente.

E satisfazer, ainda, as seguintes exigências:

- I - encontrar-se em bom estado de funcionamento e conservação;
- II - possuir seguro particular para o veículo e passageiros (Acidentes Pessoais de Passageiros - APP Complementar) ou seguro total;
- III - apresentar idade não superior a 08 (oito) anos;
- IV - estar equipado com:
 - a) extintor de incêndio de capacidade proporcional à categoria do veículo Táxi e modelo, em conformidade, com as normas do Conselho Nacional de Trânsito;
 - b) taxímetro em modelo aprovado, devidamente aferido e lacrado pela autoridade competente;
 - c) caixa luminosa com a palavra "TÁXI", sobre o teto, dotada de dispositivo que apague sua luz interna manual ou automaticamente, quando do acionamento do taxímetro, exceto para a categoria Executivo;
 - d) dispositivo que indique a situação "livre" ou "ocupado";
 - e) cintos de segurança em perfeitas condições;
 - f) identificação do permissionário e do condutor;
 - g) tabela de tarifas em vigor;
 - h) adesivo de "proibido fumar" no interior do veículo;
 - i) mapa da cidade e índice de ruas;
 - j) equipamento de segurança contra assalto, quando exigido;
 - k) portar selo de vistoria.

O veículo também deve ser licenciado no Município de Santo Amaro da Imperatriz, sendo que não será permitido o serviço de moto táxi, bicicleta ou similar.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

As permissões serão formalizadas através do competente contrato de adesão, e serão válidas por um período de 10 (dez) anos, renovável por igual período desde que cumpridas as exigências legais.

6. MODELO DE GESTÃO





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

Compete ao Município planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar, controlar e fiscalizar a prestação do Serviço de Táxi, sendo que, eventuais comunicações entre Município e permissionário dar-se-ão por intermédio do Departamento de Trânsito, sendo facultada a comunicação via ofício, e-mail ou Whatsapp para esclarecimento de dúvidas, orientação ou comunicados gerais, enquanto os requerimentos realizados pelos concessionários perante o Município deverão ser protocolados via Setor de Protocolos.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;

O permissionário terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do firmamento do termo de permissão para a apresentação do veículo nas condições previstas nesta Lei, de modo que possa lhe ser conferida a correspondente "Licença de Tráfego".

A falta de apresentação do veículo no prazo previsto ou a apresentação do mesmo fora das exigências desta Lei, importará na revogação de pleno direito da permissão, independentemente de notificação de qualquer natureza.

O permissionário terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do termo de permissão, para requerer sua inscrição no Cadastro de Condutor, cabendo ao permissionário pessoa física solicitar o cadastro de "condutor permissionário" em seu próprio nome, facultada o cadastro subsidiário de "condutor auxiliar", e ao permissionário pessoa jurídica solicitar apenas o cadastro do "condutor auxiliar", já que nesse caso o permissionário não possui capacidade para requerer o cadastro de "condutor permissionário".

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

De acordo com o art. 26, da Lei 55/2009, o permissionário se obriga a:

- I - manter as características fixadas para o veículo;
- II - dar a adequada manutenção ao veículo e seus equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de conservação e funcionamento;
- III - apresentar, periodicamente, sempre que for exigido, o veículo para vistoria;
- IV - fazer com que o veículo se apresente sempre com o conjunto de equipamentos e de documentos exigidos;
- V - zelar pela inviolabilidade do taxímetro, aparelhos registradores e outros;
- VI - apresentar o veículo em perfeitas condições de conforto, segurança e higiene;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

VII - fornecer sempre que solicitado pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, as informações que se destinem ao atendimento de fins estatísticos, de controle e de fiscalização;

VIII - estabelecer, em conjunto com os demais permissionários, escala de serviço de forma a manter atendimento normal e ininterrupto, inclusive nos períodos noturnos e aos sábados, domingos e feriados, com no mínimo 50% (cinquenta por cento) da frota;

IX - confiar a direção do veículo apenas a quem, como seu preposto, na qualidade de condutor auxiliar, esteja regularmente inscrito no Cadastro de Condutor;

X - controlar e fazer com que prepostos cumpram rigorosamente as disposições da presente Lei;

XI - não paralisar, suspender ou prejudicar a prestação regular do serviço de Táxi;

XII - manter, na parte interna do veículo, em local de fácil acesso visual, bem como na sua parte externa, em local a ser designado pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, o número de sua inscrição no Cadastro de Condutor;

XIII - cumprir rigorosamente as determinações estabelecidas pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, com vistas ao cumprimento do. previsto nesta lei e legislação complementar;

XIV - entregar documento para cadastramento ou renovação de

XV - fornecer troco ao passageiro;

XVI - não agredir verbalmente ou fisicamente o passageiro,

XVII - não portar armas no interior do veículo

XVIII - entregar ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qualquer objeto esquecido no veículo, mediante recibo;

XIX - não impedir o transporte de animais de pequeno porte ou de cão-guia.

Enquanto o art. 27 obriga os permissionários e condutores auxiliares a:

I - tratar com urbanidade e respeito o usuário do serviço de Táxi, os demais Permissionários e condutores, bem como os agentes do serviço de fiscalização;

II - manter-se com decoro moral e ético;

III - aguardar o usuário somente dentro dos limites do ponto de Táxi ou em áreas de estacionamento permitido, respeitada a regulamentação existente;

IV - atender de imediato as determinações dos agentes fiscalizadores, no exercício regular de suas funções;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

- V - efetuar o transporte de usuários em número compatível com a capacidade de passageiros prevista para o veículo;
- VI - respeitar a seqüência dos veículos parados no Ponto de Serviço, salvo a vontade pessoal do passageiro de livre escolha;
- VII - cobrar do usuário o valor efetivamente devido pelo serviço, de acordo com o montante indicado no taxímetro, exceto quando houver expressa e escrita autorização do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN;
- VIII - não ingerir bebida alcóolica em serviço ou quando estiver próximo do momento de iniciá-lo;
- IX - manter programas contínuos de treinamento para seus empregados, assegurando a eficiência do desempenho profissional, com abordagem de questões referentes a relação humanas, direção defensiva, conservação de equipamentos, legislação municipal, estadual e federal sobre transporte, primeiros socorros e curso básico da língua inglesa e espanhola;
- X - não colocar no veículo acessórios, inscrições, decalques, letreiros, publicidade ou informações não autorizadas;
- XI - não dirigir o veículo movido a combustível não autorizado;
- XII - permitir e facilitar a realização de estudos e fiscalização pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN;
- XIII - não permitir que o veículo circule com vida útil vencida;
- XIV - renovar anualmente o credenciamento para operação do serviço.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

Cada permissionário, na exploração do serviço, somente poderá registrar o máximo de 01 (uma) táxi e cadastrar até 02 (dois) motoristas auxiliares.

Nenhum veículo poderá recolher passageiros dentro dos limites do município sem portar a correspondente "Licença de Tráfego", sob pena de apreensão imediata do veículo, acompanhada da correspondente multa.

A tarifa cobrada do usuário pela prestação do serviço de táxi será fixada pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, e homologada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

O transporte de cão-guia será permitido, sendo vedado o pagamento de qualquer valor adicional pelo transporte do animal.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

O transporte de animal de pequeno porte somente será permitido no colo do usuário, sendo vedado o pagamento de qualquer valor adicional pelo transporte do animal.

O permissionário será obrigado a levar a bagagem do passageiro até o limite da capacidade do veículo, sem o pagamento de qualquer valor adicional.

Não será cobrada tarifa adicional pelos equipamentos de locomoção dos deficientes físicos.

A utilização da bandeira II fica restrita ao período compreendido entre 20:00 (vinte) horas e 6:00 (seis) horas de segunda a Sábado e em tempo integral aos domingos e feriados, até as 6:00 (seis) horas do dia subsequente.

Fica autorizado ao condutor acionar o taxímetro após chegada no local de embarque.

A fiscalização dos serviços será exercida por agentes credenciados pelo Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, os quais portarão documentos de identificação específica.

Os veículos serão submetidos a vistoria anual, a critério do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN e em local e data a serem fixados, para verificação de segurança, conservação, conforto, higiene, equipamentos e características definidas nesta Lei.

Na hipótese de ocorrência de acidentes que comprometam a segurança do veículo, o permissionário ou a empresa permissionária, após reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em tráfego, deverá submetê-lo a vistoria como condição imprescindível para sua liberação.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

As infrações, penalidades e recursos aplicáveis ao caso durante a exploração do serviço estão previstas no Capítulo VI da Lei Complementar Municipal n. 55/2009.

Já as infrações, penalidades e recursos aplicáveis durante o processo licitatório são as seguintes:

10.1. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.2. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

10.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.4. Fraudar a licitação





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

10.5. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.6. Com fulcro na lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.6.1. Advertência;

10.6.2. Multa;

10.6.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.6.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.7.2. As peculiaridades do caso concreto

10.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.7.4. Os danos que dela provierem para a administração pública

10.7.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.8.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.8.2. Para as infrações previstas nos itens 10.4 e 10.5 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

10.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.

10.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.

10.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.18. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se aplica.

12. FORMA DE PAGAMENTO

Não se aplica.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

Não se aplica.

14. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica.

15. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

Não se aplica.

16. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM LICITADOS

Inicialmente é necessária a outorga de 08 vagas/permissoes, assim distribuídas entre os pontos já existentes:

PONTO Nº 02 – Praça Governador Ivo Silveira – 1 vagas/permissoes

PONTO Nº 04 – Rua Leopoldo Broering – 1 vaga/permissoes

PONTO Nº 07 – Rua Major Joaquim Alexandre de Campos – 1 vaga/permissoes

PONTO Nº 08 – Rua Escrivão Alfredo Porto – 1 vaga/permissoes

PONTO Nº 10 – Rua Natividade - 3 vaga/permissoes

PONTO No 11 - Rua Longino Turnes - 1 vaga/permissoes

17. CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Não se aplica.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 12 de agosto de 2024.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
GABINETE DO PREFEITO
ASSESSORIA JURÍDICA

CLEIDI TEREZINHA DERNER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Santo Amaro da Imperatriz/SC
CEP 88.140-000
procuradoria.pmsai@santoamaro.sc.gov.br



(48) 3245-4309
E-mail: